



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Quarta Sessão Extraordinária do terceiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos sete de maio de dois mil e dezenove, às vinte horas e cinco minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou a Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana para proferir o seguinte texto: Evangelho de Mateus – Capítulo 13, versículos 47 a 50: “O Reino do Céu é ainda como uma rede lançada ao mar. Ela apanha peixes de todo tipo. Quando está cheia, os pescadores puxam a rede para a praia, sentam-se e escolhem: os peixes bons vão para os cestos, os que não prestam são jogados fora. Assim acontecerá no fim dos tempos: os anjos virão para separar os homens maus dos que são bons. E lançarão os maus na fornalha de fogo. Aí eles vão chorar e ranger os dentes.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para que a Casa deliberasse a respeito de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual, deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Resolução n.º 009/2019 da Mesa da Câmara Municipal, que dá nova redação aos artigos 1º, caput e 2º, caput, da Resolução n.º 162, de 15 de agosto de 2012 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, "a" § 1º, do R.I.). O Sr. Presidente designou o Vereador Romilson Nascimento Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado. A seguir: Em discussão e votação o Projeto de Resolução n.º 009/2019, da Mesa da Câmara Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos a respeito dos projetos em pauta. Decorrido para necessário



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para os esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, dando continuidade na pauta: Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 036/2019 da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a majoração do vencimento básico dos servidores públicos da Câmara Municipal, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, "a" § 1º, do R.I.). O Sr. Presidente designou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão. Decorrido prazo necessário para a elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado. A seguir: Em discussão e votação o Projeto de Lei nº 036/2019, da Mesa da Câmara Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 2. Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 008/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre majoração do vencimento básico mensal dos servidores públicos municipais e substituiu anexos da Lei Complementar Municipal nº 209/2012 (Regime Jurídico Único Estatutário) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I, cc Art. 42 LOM). O Sr. Presidente designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial designado. A seguir, em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 008/2019, do Executivo Municipal, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que tinha sido bem discutido na Casa, foi um assunto bem debatido nas últimas sessões, na cidade como um todo, e que sentiram o servidor na rua, lutando pelo seu aumento digno, o mínimo a inflação que não estava sendo respeitada nesse projeto de lei, e que o primeiro ponto era parabenizar os servidores que vestiram a camisa da classe que, com certeza, com bravura mostrou que no hoje, sem eles, a cidade, infelizmente, não tinha como caminhar, como trabalhar, e isso foi muito importante para a conquista, mostrando o movimento de todos eles; uma situação que estava lhe pegando muito e que ele estava fazendo uma conta com o Bozó, bem rápida, era uma reivindicação que foi feita lá atrás, que era a questão do vale refeição, que no hoje estava quinze reais e não estava subindo um centavo, para eles; disse que, no hoje, quem almoçava em qualquer lugar, via que o preço da balança subiu, e quando eles estavam falando, que foi pedido dois reais de aumento, de quinze para dezessete, eles estavam falando de dois reais por servidor, uma média de dois mil servidores, seriam quatro mil reais por mês, e que eles tinham diversos cargos, no hoje, que estavam vazios, que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

podiam, simplesmente, ser retirados e que a Casa votaria a diminuição de cargos em Comissão, e conseguiria repassar isso para o servidor, porque, com certeza, no hoje, o servidor tendo condições de se alimentar melhor, de conseguir ter dignidade no seu dia a dia, isso fortaleceria e, com certeza teria muito mais efeito do que um único comissionado; disse que era um pouco muito controverso essa situação de dizer que não tinha Receita; disse que quando foi lido, naquele momento, a justificativa foi dito que estava sendo dado apenas três vírgula setenta e cinco pelo fato de ter queda na Receita, e perguntou: queda na Receita? Podia ser no Brasil, mas em Jaguariúna isso não existia; disse que nos últimos anos a Receita só subiu; disse que, no hoje, eles estavam com quatrocentos e quarenta milhões brutos, uma média de quatrocentos milhões líquido, e que estavam falando de uma Receita que só estava em crescimento; disse que o que muito o entristecia era que no ano que viria não poderia ser reparado mais uma vez para eles, por ser ano eleitoral, e que achava que o momento era aquele; falou que queria esclarecer uma dúvida, e achava que o Vereador Silva, grande entendedor dessa questão, poderia até esclarecer para ele, e disse que tinham sido feito várias discussões, teve um manifesto ali na rua, e foi definido que eles não aceitariam os três e setenta e cinco, e que teve uma reunião com o Executivo, saiu um documento do Sindicato, e não foi feita uma nova assembleia para falar se aceitavam ou não esse aumento e que muitos disseram porque não fechou toda a discussão, e que teria uma reunião dia vinte e um, mas dia vinte e um já foi votado, e ficou um pouco controverso, e perguntou se a reunião do dia vinte e um seria para continuar discutindo o aumento salarial ou iria ser uma discussão de uma pauta constante, e que isso ele queria entender, e disse ao Vereador Silva, e pediu de todo o coração, porque ele estava num movimento Sindical, e perguntou se era permitido, naquele dia, não votar, ou votarem aquela situação sem passar pela votação e o crivo dos servidores públicos, e que essa era uma dúvida que ficou no ar e que ele não conseguiu respostas naquele dia que garantisse que poderia votar ou não poderia votar, e o que ele via era que o servidor não foi ouvido, para poder falar se queria ou não queria os três e setenta e cinco, e que eles tinham o direito de falar se eles queriam ou não; disse que achava que a Casa iria votar favorável, porque, naquele dia, eles estavam absolutamente sem nada, e quando falavam que foi só uma conquista e foi melhorando, ele tinha suas dúvidas, porque o aumento antes era dois, depois um e setenta e cinco retroativo a abril, se não se enganava, iria ser retroativo em novembro, e que agora eles estavam recebendo a partir de maio, para receber agosto e setembro, mas isso foi só um jogo de números, que na sua visão, no bolso do trabalhador



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não iria mudar absolutamente nada, e que ficaram muitas dúvidas no ar, e que ele via que faltou um pouco de boa vontade, porque a questão do Vale Refeição poderia ser melhorada, sim, e que isso ficava a sua indignação ali, e esperava que a reunião a partir do dia vinte e um, como foi prometido, que as discussões continuassem e que a Casa pudesse participar e discutir esse aumento para o servidor que era de suma importância para a cidade (houve manifestações na assembleia com aplausos); agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos e disse que queria deixar bem claro que ela era contra os três pontos setenta e cinco, e que, infelizmente, naquele dia não tinham, ou era tudo ou era nada, e que era uma vergonha, e que ela queria dizer bem claro para todos: Prefeito Gustavo Reis não a representava, e repetiu, não a representava, como cidadã daquela cidade, munícipe, trinta e sete anos ela morava ali, e, infelizmente, naquele dia ia para votação, três pontos setenta e cinco, e que ela não concordava com isso, ou era tudo ou era nada; disse que era para diminuir esses cargos comissionados de sete mil, cinco mil, dez mil! Diminuisse isso e colocasse para o servidor público, e que era uma vergonha, disse a todos, era uma vergonha, repetiu e que ela, como Vereadora, era uma vergonha, pediu desculpas e que ela tinha de votar sim naquele dia, e que ela votava sim em nome do servidor público, mas se fosse pelo Prefeito Gustavo Reis, ela votaria não; agradeceu (houve manifestação na assembleia com aplausos); a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos dizendo que, só em respeito ao Vereador David, infelizmente, ele não podia responder à dúvida dele, porque ele não era do Sindicato dos Servidores, e que, então, aquela questão, como era uma questão da negociação do Sindicato e a Prefeitura, quem poderia responder era o Sindicato; disse que, pelo que ele entendeu, no dia vinte e um iriam continuar a discutir aquela pauta que ficou para trás, e que tinha vários pontos lá, mas, infelizmente, ele não teria aquela resposta porque ele não era da diretoria do Sindicato do Servidor; pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto que agradeceu ao Vereador Silva pelo respeito de ter falado sobre o assunto, e que ele não sabia como funcionava a questão sindical, e até pediu desculpas por sua ignorância, mas ele via que, infelizmente, ele achava que qualquer assembleia, qualquer sindicato estava lá para representar o servidor, e que era isso que acontecia com os bancários, e acontecia com muitos outros e não tendo aquela assembleia, ao seu ver, o servidor ficou prejudicado, porque não conseguiu se expressar, parecia que amarraram a boca do servidor para ele não conseguir falar se ele queria ou se não queria, e que achava que ele tinha todo o direito de falar sim ou não, de paralisar ou não, de aceitar e falar: “está



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

bom ou não está bom”, disse que achava que tinha faltado esse respeito com o servidor público por não ter essa questão da assembleia com ele; muito agradeceu e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, Secretários Municipais, principalmente, funcionários públicos, à Presidente do Sindicato e a agradeceu pela presença mais uma vez, ela que se fazia presente em quase todas as reuniões, e a parabenizou, e que era uma pena, pois sabia que, em breve, ela estaria deixando, e que sabia que ela tinha feito um bom trabalho e respeitava tudo o que ela pôde fazer em prol dos funcionários; disse que divergências sempre existiam, e que tinham que ser democraticamente forjado a aceitar as críticas e os elogios; a seguir, disse que ele só gostaria de tecer seu comentário, como tinha sido dito ali pelo nobre Colega Bozó, e que eles sempre lutaram pelo aumento dos servidores calcados naquilo que o orçamento podia propor a eles, com responsabilidade fiscal, para que, no final das contas, o Município não tivesse seu prejuízo e refletisse em outras áreas, mas eles tinham discutido esse projeto na quarta-feira anterior, confirmou com o Waltinho, os discutiram para entrar naquela sessão para votação e que ele se ateu naquela discussão, com relação ao ofício que estava sendo encaminhado o projeto que era oriundo de outros ofícios do ano anterior, e que ele pediu, pelo menos que alterasse o ofício e, pelo jeito não foi alterado, e, através do ofício que o Executivo mandou, o próprio parecer da Casa acompanhou o ofício e pediu ao Presidente se ele podia pegar o ofício e iria dar uma lida e tentar esclarecer aquilo que ele achava, os pontos que ele discordava, e no que pesava as considerações do Executivo de não poder dar um aumento maior aos funcionários, ele alegava e estava escrito no parecer e no ofício do Prefeito que ele não pôde dar um aumento mais significativo em virtude de que o ICMS da cidade vinha sofrendo queda nos últimos anos, e que isso eles vinham debatendo na Casa, e as pessoas, talvez, duvidassem daquilo que eles estavam falando, os números estavam no site da Receita, da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, e que ele iria dar uns dados para eles: no ano de dois mil e quatorze, e que iria começar em dois mil e quatorze, a Receita do Município caiu, caiu, realmente, nove vírgula quarenta e seis por cento, e repetiu, a Receita do Município caiu nove vírgula quarenta e seis por cento em virtude de repasse de ICMS; o Governo, à época, deu um aumento para os funcionários de seis por cento; no ano de dois mil e quinze, tiveram uma queda de arrecadação de seis vírgula setenta e cinco por cento, no ano de dois mil e quinze de repasse de ICMS, o município teve uma queda de seis vírgula setenta e cinco por cento e que eles deram um aumento para o funcionário de cinco vírgula oitenta e cinco por



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cento; no ano de dois mil e dezesseis, o Município começou a crescer os repasses, em virtude da política que eles adotaram para recuperação fiscal e de incentivo para as empresas, inclusive com a vinda da SKY; no ano de dois mil e dezesseis eles tiveram um aumento na arrecadação de vinte e três vírgula onze por cento, no Município, vinte e três vírgula onze por cento, no Município; o Município, a Prefeitura deu um aumento de sete por cento para os funcionários, e disse que ele queria alguém que viesse ali e falasse que ele estava falando mentira, ou que provasse para ele que não era verdade aqueles números que ele estava dizendo; no ano de dois mil e dezessete, era para pasmarem! Eles tiveram um aumento de trinta e um vírgula quarenta e um por cento de repasse de ICMS para o Município, e que poucas cidades no Brasil, do Estado de São Paulo tiveram esse aumento e eles tiveram trinta e um por cento de aumento de repasse de ICMS do Governo do Estado para o Município de Jaguariúna, e eles tiveram um aumento de cem reais para os funcionários, infelizmente; no ano de dois mil e dezoito eles tiveram um aumento de sete vírgula cinquenta e sete por cento de aumento de arrecadação de ICMS para o Município, no ano de dois mil e dezessete, e tiveram um aumento de dois por cento para o funcionário, e naquele ano, pelas expectativas que eles estavam calculando, o aumento iria chegar próximo a ... e se o nobre Colega Vereador Bozó pudesse apartear-lo, poderia dar o número mais exato, disse ao Bozó, se ele tivesse ideia, no ano de dois mil e dezenove quanto iria ter de aumento o repasse de ICMS, e o Vereador se manifestou fora do microfone, e o Sr. Alfredo disse que seria, então, em torno de dez por cento, e não daria para aceitar três vírgula setenta e cinco, sinceramente, mas como mesmo tinha dito o Vereador Bozó, se eles votassem contra três vírgula setenta e cinco por cento, no final do ano, isso representaria quase metade de um salário de um servidor, se eles pegassem doze meses e multiplicasse por três vírgula setenta e cinco por cento, iria dar, aproximadamente, cinquenta por cento, o que representaria no final de um ano para o servidor, quase metade de um salário; disse que ficava difícil eles votarem contra, mas também, eles não podiam se omitir de falar que o Município, realmente, poderia ter tido uma atenção maior para o funcionalismo público, aí como muito bem tinha sido dito ali, teve uma discussão muito ampla, e que eles ouviram de pessoas através da sociedade, nas ruas, nas redes sociais: “É, mas funcionário público ganha demais!” E que ouviram até isso; disse que eles faziam um papel muito importante no Município, o Município tinha condições financeiras de, realmente, poder dar um salário digno para que essas pessoas pudessem desempenhar o papel delas, se era muito ou era pouco, realmente, essa mensuração, não eram eles, Vereadores, as pessoas mais certas



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a saber isso, era, realmente, quem recebia ou quem pagava, enfim, mas eles sabiam que o Município podia, vinha fazendo sempre o possível para dar um bom salário aos servidores públicos e que eles esperavam que a sociedade respeitasse isso e que eles estavam ali discutindo números e enfim, sabiam eles como Vereadores e pessoas que estavam ali para aprovarem ou não o projeto, daquilo que o Município tinha condições de fazer; voltou a dizer que a briga dele sempre foi no sentido de que eles pudessem dar um aumento maior dentro da realidade do Município, baseado em número, agora se o Município estava gastando equivocadamente o seu recurso, era outro problema, agora falar e escrever como vinha escrevendo, escreveu no ofício, estava ali no parecer, que, realmente, só não dava um aumento porque o ICMS do Município vinha caindo, voltou a dizer que era mentira, se alguém falasse isso, era mentira, e, principalmente, aquilo que se escrevia ali, não vinha caindo, e pediu para que lhe provassem o contrário, porque daí, realmente, ele falaria que daria o braço a torcer, e ele nunca votou contra um aumento se quer ao funcionalismo público da Cidade, nunca votou, e que gostaria de votar naquele momento, mas sabia, também, o que pesava a falta de um aumento de três vírgula setenta e cinco, no final de um ano para o funcionário, e que se poderia falar: “O Fred não precisa”, e que, graças a Deus, não precisava mesmo, mas ele achava que eles tinham que discutir sempre as possibilidades, e três vírgula setenta e cinco, no seu modo de ver era muito pouco, em virtude daquilo que a Receita do Município aumentou ao longo dos anos, e que aumentou muito, e eles quase que dobraram o orçamento do Município em três anos, para o próximo ano, ele tinha certeza que iria dobrar; perguntou, onde estava indo o dinheiro? E que era algo que eles faziam a pergunta, era uma indagação e que eles sabiam onde estava indo o dinheiro, porque eles sabiam onde estavam sendo gastos os recursos do Município, e que tinham que ser melhores gastos, tinham que ser melhores gastos, como tinha dito ali o nobre Vereador David, e que eles tinham no hoje um número exorbitante de, aproximadamente, trezentos comissionados, ganhando em média cinco mil reais, que dava, ao mês, algo em torno de um milhão e meio de reais, ao mês, frisou; voltou a dizer que aí dava, realmente, para se mexer e beneficiar as pessoas que mereciam, realmente, aí se decidia assim: “não vamos dar aumento para os comissionados”, nada mais justo, mas o projeto estava na Casa, e que ele queria ter votado contra o projeto, não que tivesse sido retirado o projeto, queria ter votado contra ao projeto dos comissionados do aumento desses três vírgula setenta e cinco por cento, mas eles não tiveram a oportunidade de votar porque o Prefeito retirou o projeto, mas eles tinham que ter esse direito de votar, assim como eles tinham que ter o



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

direito de votar nos projetos que viriam para a Casa do Vereador, do Prefeito, e que eles tinham que ter o direito de votar sim ou não ao projeto, e que era a sua opinião, para a sociedade, realmente, saber, quanto ganhava um Vereador, quanto ganhava um Prefeito, e que isso estava tudo no site da transparência, quanto ganhava qualquer funcionário, qualquer cargo da Prefeitura estava tudo no site, e se alguém quisesse, realmente, se informar, lá tinha todos os vencimentos de todos: Prefeito, Secretários, Vice-Prefeito, Vereadores, funcionários municipais, fosse ele de qualquer categoria, aí se poderia tecer, realmente, todas as opiniões, de quem ganhava muito, quem ganhava pouco, e enfim, mas, a função deles de Vereador, realmente, era discutir, eles tinham que ter essa responsabilidade junto à sociedade de expor aquilo que lhes era apresentado e daquilo que eles também tinha de obrigação de apresentar, para que a sociedade não tivesse dúvida e não falasse besteira da conduta deles, que existia alguma coisa ali que ficasse mal resolvida, disse que o que ele até a semana anterior, ele iria votar contrário ao Projeto, e que eles falaram que iria votar contrário, confirmou com a Tais, mas, pensando bem, não dava, e sabia que tinha muita gente que, mesmo os três vírgula setenta e cinco por cento iria pesar muito no orçamento municipal, e voltou a dizer que, como tinha dito o David, no ano que viria não sabia se seria possível um aumento mais significativo em virtude de ser um ano eleitoral, mas o Município perdeu a oportunidade e foi dito àqueles funcionários que naquele ano teria um aumento melhor, e que não foi inventado por ele, por ninguém da Casa, na discussão do ano anterior, que tinha sido proposto os dois por cento, disseram que era para acreditar que no ano que viria iria melhorar, e aí, perguntou; passou-se mais um ano, não aprovou, e que as discussões aconteceram justamente no final de abril e início de maio, e que a data base era março e que isso já deveria ter sido discutido lá em dezembro, aí foi dito ali que o percentual foi apresentado no orçamento que eles discutiram em audiência pública, e que ele não participou da Audiência Pública, e que ele conferiu com o Luiz Carlos de Campos e em nenhum momento se falou que o aumento do servidor seria na ordem de três vírgula setenta e cinco por cento, na audiência pública, que quando vinha o Orçamento que chegava, mais ou menos, em agosto para eles votarem até o final do ano, eles tinham que ter o cuidado de se discutir isso, para que aí, sim, no período em que o projeto chegasse nessa Casa, a discussão fosse mais amplificada, para não chegar de última hora e ficar aquele jogo, como se eles, Vereadores, fossem a solução do problema, e eles não eram, e que eles eram só, realmente... e que ele sempre falava que ali era o seguinte: o Prefeito pedia, eles autorizavam ou não, e que essa era a função, através dos Projetos de Lei e que





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles eram representantes da sociedade, da qual o Prefeito os ouvia, se podia dar um aumento ou não, que porcentagem seria o que ele achava mais interessante aos funcionários, e que eles não podiam mudar nada daquilo que ele propunha para eles, e que isso era constitucional, isso era uma prerrogativa do Prefeito, e que, às vezes, muitos falavam que, às vezes, ali eles podiam, realmente, resolver, e que eles podiam brigar, discutir, pedir para paralisar, não deixar votar o projeto, adiar, sabia lá, e que essa era a função deles, era uma função política de abrir espaços de diálogo, mas, infelizmente, o Governo sempre sinalizou que não iria dar um aumento além desse percentual, e que ele sabia que foi uma batalha muito grande por parte do funcionalismo, onde o aumento, como tinha sido dito ali seria dois por cento depois mais um vírgula setenta e cinco e que parecia que se conseguiu três vírgula setenta e cinco que seriam pagos em agosto e setembro, e perguntou se era isso, e foi confirmado que sim; voltou a dizer que houve uma conquista, se não foi tanto, mas houve, mas voltada a dizer e solicitar à nova administração que iria assumir do Sindicato, na sua humilde opinião de Vereador, que se discutisse isso com mais tempo, ficassem em cima, e que ele ouviu dizer que tinha muitos pontos que se iriam discutir ponto a ponto, ou seja, classe a classe do funcionalismo, e que a sua opinião e que ele achava que isso aí enfraquecia a discussão, disse ao Waltinho, e achava que quando se falava de aumento tinha que ser linear para todo mundo, quando se discutia uma única classe, a classe dos médicos, ou a classe dos professores, ou somente a classe do Guarda Municipal, ou das pajens, enfim, ele acreditava que enfraquecia a classe, porque quem tinham um lobi mais forte conseguia algo melhor, ou uma discussão em algum ponto que beneficiasse mais determinada classe, sendo que todo mundo discutir junto, ou ganhava todo mundo ou perdia todo mundo, mas pelo menos se tinha a mobilização de todo mundo para que, realmente, todo mundo fosse beneficiado, porque aí se começava a quebrar as discussões do Sindicato, onde ele esperava ter força para poder impor a sua vontade daquilo que ele tinha como anseio para todos os funcionários, porque, às vezes, se tinha um funcionário que era menos privilegiado, e não tinha o seu representante à altura para poder discutir aquilo que seria de aumento significativo para ele; disse que esperava que o Sindicato, realmente, tomasse essa iniciativa a partir dos próximos anos, e que, realmente, ele tivesse força para poder propor uma melhora significativa no salário de todos; disse, também, que eles estiveram na reunião de quarta-feira, o Sindicato se fez presente ali, dizendo que tudo aquilo que foi discutido lá foi discutido, realmente, e que não seria nada daquilo fora isso, e eles concordariam com aquilo que tinha sido proposto, também, enfim, cabia a eles, realmente, darem



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ali a opinião deles; voltou a dizer, disse à Tais, que votariam contrários, mas ele gostaria ali de voltar a sua opinião para trás e iria votar favorável em detrimento das pessoas que, realmente, necessitavam desse pequeno aumento, mas não concordava com aquilo que foi escrito ali e aquilo que foi encaminhado através do ofício que o ICMS do Município vinha caindo, e que não era verdade, era mentira, e pediu ali se alguém, realmente, tivesse números diferentes disso, pudessem lhe contradizer; voltou a dizer que o Município de Jaguariúna era um dos poucos municípios que cresceu orçamentariamente nos últimos anos, nos últimos três anos, cresceu, realmente, teria que ter um aumento mais significativo aos funcionários, mas não houve, e parabenizou, também a todos os funcionários pela mobilização, e esperava que nas próximas discussões eles conseguissem almejar, realmente, aquilo que vinha combater as perdas, porque se se pegasse só de não se receber o salário em março para recebê-lo só em agosto ou setembro esse pequeno aumento, só a perda desse período, o aumento que seria, supondo, de cem reais, quando fosse receber só em agosto já não era mais cem, era menos ainda, a inflação corroeu, e disse que aqueles três e setenta e cinco nem representava o IPCA que estava muito mais do que ele naquele mês, principalmente, aquele mês, era quatro vírgula oitenta e poucos, no período de doze meses, de março a março, e que se pegasse de abril ou de maio, daí daria muito maior (houve manifestações na assembleia com aplauso); a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que mais uma vez cumprimentou a todos e disse de complementar aquilo que o Fred tinha falado, primeiramente, parabenizou aos servidores que se mobilizaram, e que o projeto inicial que tinha dado entrada ali, era dois por cento a partir de um de março e depois um e setenta e cinco a partir de primeiro de novembro e a mobilização dos servidores, parecia pouco, mas seria em torno de um terço da remuneração, considerando os doze meses, e o fato deles terem reivindicado, lutado pelo direito que era deles, eles tinham que fazer isso mesmo, como ele disse, ele também era um servidor público, e que achava que pelo menos a inflação, para repor o que eles ganhavam no anterior, e que a inflação foi três e oitenta e nove, o período que o Fred falou o IPCA, em torno disso daí mesmo, e que a reposição era três e setenta e cinco, e que ficou bem próximo; disse que aquela mobilização trouxe um ganho, se o pessoal tivesse aceitado pacificamente, iria receber um terço, podia-se falar, da remuneração, referente ao ano, com a paralisação, recebeu praticamente, meio salário, que correspondia a esses três e setenta e cinco, nos doze meses; parabenizou aos servidores que lutaram para conseguir algo melhor e parabenizou mesmo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que cumprimentou a todos, dizendo que queria,



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

também, parabenizar ao funcionalismo público, que ele também achava que foi uma vitória, que o começo da situação estava em torno de dois por cento, e que eles viram a Casa cheia ali, todos se manifestando contra, e eles, naquele dia fervoroso, uns falavam uma coisa, outros se movimentavam contra, outros a favor, mas via que não era o esperado e que ele também queria muito mais que isso, mas via que essa Casa se empenhou no máximo dentro dos limites dela com o Executivo para estar tentando a melhor opção, a melhor condição possível para eles, e quanto ao seu ver, como o Fred e o Bozó falaram, teve um avanço, sim, e que iria vir dois por cento, depois veio mais um e setenta e cinco, a coisa foi fluindo conforme a manifestação deles, funcionários, e que era isso que eles pediam, a Casa sempre cheia; disse que naquele dia, infelizmente, tinha bastante funcionário que tinha vindo na Casa enaltecer ou questionar contra aquele aumento, mas achava que tinham chegado num bom senso, e disse, também, que o Sindicato teve várias conversas com o Executivo e que, na realidade achava que eles tinham sido ouvidos, ainda mais o funcionário público que foi ouvido; sobre a questão do Vereador Fred, ele disse que não tinha alguma coisa para dizer, naquele momento, sobre aqueles números, mas achou interessante a colocação dele nos aumentos do ICMS de ano a ano desde dois mil e quatorze para cá, e que ele iria se atentar mais àquelas coisas, para eles terem como estar dialogando mais sobre números ali, e era por isso que ele tinha feito um requerimento; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte e lhe foi concedido, e disse que aquela discussão tinha que ser mais enriquecida, porque fazia parte ( o Sr. Rodrigo disse que fazia parte) do conhecimento deles para poderem, realmente, para não serem engolidos... o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse que o que ele queria dizer, colocar, e que o Vereador vinha falando sempre, e que às vezes, eles tinham que se sentar e ver mais questões de números, mas ele tinha feito um requerimento, uma indicação, não se lembrava, há algum tempo atrás, pedindo, e que alguns falaram que aquilo era uma loucura, isso era de grande metrópole, que era pedindo Impostômetro em praça pública para que a própria população, funcionário público e todo mundo estivesse sabendo, o giro que estava entrando de ICMS, e que ele achava um negócio viável, e que ele não teve retorno, ainda, do Executivo, mas acreditava que iria ser de grande valia para a população e até para simplificar um pouco o trabalho perante aqueles números que o Vereador vinha falando, também, como uma resposta para a população e entre eles, também; e que teve um ofício que ele mandou com cópia para a Associação Comercial, infelizmente, a Presidência da Associação falou que era inviável, e que ele não entendeu o porquê, o Impostômetro em praça pública, mas que iria



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

continuar brigando para eles terem mais transparência nos números, e que isso já tinha no Portal da Transparência, já tinha no site da Prefeitura, e da Câmara para saber tudo que era gasto dentro das legalidades ali, e parabenizou ao funcionário público, também, parabenizou ao Executivo que deu ouvidos à Câmara e ao Funcionário Público, e que achava que todo mundo não tinha ido naquilo que todo mundo quis, mas fizeram o que puderam, pelo menos da sua parte, e que viu o empenho de cada um deles e dos funcionários públicos; parabenizou a todos e disse que iria votar a favor; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que só gostaria de tecer algumas palavras ali, dirigindo-se ao nobre Vereador... e agradeceu ao Bozó pelos óculos, porque ele não enxergava os números lá, e que sem óculos estava preocupado; disse ao nobre Vereador Rodrigo da Silva Blanco, Magrão, os números estavam no site da Receita e que ele até pedia desculpas porque, na semana anterior, e que ele até se exaltou um pouquinho com os nobres Colegas Cássia e Silva, em virtude que eles tiveram que chamar até a Secretária na Casa, porque a própria Secretária dava algumas informações, confirmou se era verdade, e que talvez não batiam com aquilo que eles diziam ali, e que aí ela veio e ele, por diversas vezes, a questionou, única e exclusivamente, dos números que eles vinham apresentando a eles e perguntou se a fonte dele era a mesma da Secretária, e ela disse que era a mesma, e que eles não estavam inventando nada, eles estavam, realmente, ali, sendo bem claros no sentido de que os repasses que o Governo mandava para o Município, entravam, realmente, até os centavos na conta da Prefeitura; disse que em nenhum momento ele estava sendo leviano o bastante para poder dizer que, realmente, o Município tinha dinheiro e não tinha, ele tinha, disse, que eles viam os números, agora, como ele estava sendo gasto, já era outro problema, e que eles podiam questionar e ter uma outra discussão, mas os números... o Sr. Rodrigo da Silva Blanco pediu um aparte e disse que era igual ao requerimento que ele tinha feito do Impostômetro para saber o bruto lá, mas pelo menos para eles saberem o que, realmente, era, eletronicamente; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que até aproveitava a oportunidade e que sabia que ele tinha sido, às vezes, até um pouco indelicado, disse ao Silva, que falou para ele que ele estava nervoso, e que não era, mas que, às vezes, colocava em dúvida aquilo que talvez quisesse passar como informação para os nobres Pares, e às vezes a pessoa, talvez por não ter muita credibilidade naquilo que ele falava, ou estava acreditando mais naquilo que, realmente, a Secretária estava dizendo, colocando em cheque aquilo que eles apresentaram, e que era isso que o deixava irritado, e que ele questionou a Secretária, e que fazia quatro meses que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles não recebiam o balanço do Município; o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo de discussão tinha se esgotado nessa fase de vinte minutos; o Sr. Alfredo pediu ao Presidente, só para finalizar que, realmente, a Secretária falou que teve um problema no Programa e eles estavam sem, e que isso tinha que ser publicado e eles não sabiam da Receita do Município real para poder estar dando números, porque isso era obrigado estar na Casa e ser colocado no site e se alguém quisesse questionar... a seguir, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon dizendo que ele teve a oportunidade de participar das reuniões entre Sindicato e Executivo e ele também gostaria que o aumento fosse maior, porém, se ele entendeu bem houve um consenso dos representantes do funcionalismo público e do Sindicato e o Executivo e ele saiu satisfeito de lá, entendendo que houve um consenso e um acordo entre ambas as partes, como o David também disse que poderia ter tido uma outra conversa com o servidor mas, ele saiu satisfeito porque ele pôde presenciar um acordo entre ambas as partes, tinham vários representantes, o Araquem, uma pessoa muito ponderada, então, ele saiu satisfeito porque ele assistiu um acordo entre ambas as partes, ele também gostaria de mais, porém, ele saiu satisfeito daquela reunião; a seguir, pediu a palavra a senhora Inalda Lúcio de Barros Santana, que depois de cumprimentar a todos disse que ela também teve o prazer de participar daquela reunião, onde o Cristiano estava dizendo, eles saíram contentes, felizes de lá, porque para eles foi tudo combinado, tudo direitinho; parabenizou os funcionários públicos e poderiam contar com ela, ela estava do lado do funcionário público e o voto dela era sim para eles; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que só queria complementar o que o Fred disse, aqueles números que ele apresentou eram simples, era só entrar no site da Secretaria da Fazenda que era do Estado de São Paulo ou por no Google, repasse de ICMS, que era dos municípios, daí já aparecia e a pessoa poderia pesquisar, não só do ano em vigor, como poderia pesquisar de anos anteriores, dava para fazer aqueles comparativos que ele estava falando e os balancetes não chegaram, e pelas regras municipais já deveriam estar lá; disse que entendia que tinha um problema com o programa, mas ele achava que seria interessante estarem cobrando o Executivo, porque eles poderiam estar acompanhando os balancetes; disse que aquelas Receitas que passaram eram as Receitas do Estado mas, poderiam estar vendo também os recursos federais que entraram no Município, seria importante estar pedindo para que eles agilizassem os balancetes mensais para a Câmara; logo mais teriam as Metas Fiscais porque já terminou o primeiro quadrimestre, então, seria interessante que as pessoas participassem, que as pessoas fossem para estarem



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

acompanhando aqueles números que o Fred falou há pouco, vendo que, de fato, quando eles passavam alguma coisa lá, não era para enganar, não era para fazer nada, eram os dados que eles pesquisaram e que eles tinham e passavam para as pessoas, então, participando das Metas Fiscais iriam estar sabendo daqueles números que eles estavam falando; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto pedindo desculpas pelo deslize dele no último projeto, retomando um pouquinho, ele não se atentou porque ele achou que o aumento dos servidores da Câmara seria igual ao aumento dos servidores da Prefeitura, na última reunião não foi discutido aquilo, e ele estava vendo lá, ele acabou de receber um papel que o aumento da Câmara estaria sendo três e noventa e quatro para os servidores, o trabalho naquela Casa seria competência dos profissionais, não era isso? E perguntou que estaria sendo quanto? O Sr. Presidente respondeu que seriam três e setenta e cinco, o senhor David perguntou sobre a quanto seria a questão do vale refeição; o Sr. Presidente disse que eles foram atualizados e repassados pelo IPC conforme a lei, INPC, três e noventa e quatro pelo INPC conforme determinava a lei; o Sr. David perguntou se o aumento do servidor havia sido três e setenta e cinco, receberiam proporcional a novembro e dezembro, agosto como foi o do servidor; o Sr. Presidente disse que não, que iria ser pago já retroativo; o Sr. David disse que ele só gostaria depois de dar uma analisada porque iria ter a segunda votação, para depois ele se posicionar; agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. José Muniz que, mais uma vez, cumprimentou a todos dizendo que ele concordava com o Fred, Bozó, David, que tinham ampla experiência, mas ele iria falar o ponto de vista dele e que ele participou de três reuniões lá com o Sindicato também e ele sempre foi funcionário, sempre esperou o aumento e eles ficavam esperando e nem sempre vinha aquilo que esperavam; disse que ele achava que o Sindicato chegou com a reivindicação dos funcionários públicos, naquelas três reuniões que ele participou e que foram muito bem discutidas e chegaram a um ponto que ele também saiu contente e satisfeito porque o funcionário público estavam sendo atendidas as reivindicações dele mas, o que o deixou chateado, aquele era o primeiro mandato dele e os dois primeiros anos todos eles se sentaram na mesa para negociações, ele achava que todo mundo tinha explanado as experiências que tinham, os seus pensamentos, os seus objetivos e como eles que estavam no primeiro mandato, eles sempre ficavam ouvindo as experiências até onde dava para chegar, e no ano corrente não ocorreu a mesma coisa e ele concordava porque todo mundo tinha os seus objetivos e aquilo o deixou chateado, porque ele falou que ele iria estar lá, pediu uma oportunidade para ele estar lá onde ele estava, teve



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

quatrocentos e quarenta votos para andar na verdade, ele sempre andou na verdade e independentemente se ele iria estar lá ou não nas próximas eleições, era o povo que decidia e ele não iria mudar o foco dele porque ele andava na verdade; disse que, graças a Deus, tinham uma cidade abençoada que ele já tinha falado aquilo e iria repetir, enquanto o Brasil estava em uma crise, Jaguariúna, graças a Deus, estava crescendo, aquilo era um ponto importante pelos governantes que passaram e que ainda estavam lá, ele achava a cidade perfeita, não estavam, cem por cento não, existia cem por cento e ele gostaria muito que chegasse a cem por cento mas, aquilo era impossível, tinham Prefeito, tinham problemas, precisavam de suporte para que aquilo fosse sanado, o Governo eram todos eles juntos, tinham de governar com os pés no chão; disse que no ano passado, ele se lembrava que fizeram reuniões e tiveram problemas e quase não fecharam o ano, se tivessem mais três dias, infelizmente, Jaguariúna não iria fechar o ano; graças a Deus, sanaram os problemas, o Hospital era o maior problema, atualmente, graças a Deus, não tinha dívida, aquele era um governo que todo mundo trabalhava junto, e o que ele pedia era para que pudessem chegar no final do ano no azul, se deixassem o filho na escola pra ter uma merenda, se a pessoa fosse no hospital e ter médico, fosse atendido, passasse na farmácia e tivesse a medicação, aquilo era governar para o Município, aquilo era governar junto, e se o Governo chegasse quebrado no final do ano, iria todo mundo chegar junto, eles estavam lá para aquilo, para governar para a cidade, independentemente de bancada quem estava lá em cima, quem não estava, ele não estava preocupado com eles, ele estava preocupado com o Município, estava preocupado com o filho dele chegar na creche no dia seguinte e ter merenda para comer, estava preocupado com o professor chegar no final do mês e ter o seu salário para receber, não adiantava ele chegar lá e querer trinta por cento de aumento e chegar no fim do mês, eles irem no banco e não ter o salário deles não iria adiantar nada; falou que quando fosse bom para a cidade era para contar com ele, mas se não fosse bom para a cidade, para o Município ele estaria fora, então, ele voltava a dizer que a vontade dele era de estar lá dando trinta por cento de aumento para o funcionário público, porque também ele sempre trabalhou de funcionário, sempre esperou o momento do aumento dele, ele sabia como era difícil, mas eles estavam lá para governar e fazer uma administração com os pés no chão, então, ele pedia para o funcionário público ter um pouco mais de paciência, eles estavam andando, estavam caminhando, ele achava que aquilo era importante na política, chegar no final do mês e todo mundo estar andando, estar caminhando, ele achava que aquilo era importante na política, logicamente que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não dava para fazer mais, fizeram três reuniões com a Secretária de Finanças, ele a admirava e a respeitava e acreditava que ela não estava com mentiras para o lado deles e ele acreditava na pessoa que ela era, então, ele estava dando um voto de confiança para ela, para o Executivo que estava trabalhando, para as pessoas que estavam lá no dia a dia, então, ele achava que aquilo lá valia muito mais do que números lá na frente, ele estava lá e não iria falar nada, mas seria covarde da parte dele ficar quieto, ele não iria estar sendo humano com a cidade dele, ele queria estar lá naquela noite e dizer que dariam dez por cento de aumento para o funcionário público, mas não tinham condições de fazer e tinham de andar na verdade, estavam caminhando e iriam continuar caminhando, do que dependesse dele iria caminhar a cidade, iriam chegar no final do ano no azul, todo mundo contente, independentemente do que iria acontecer para a frente, então, era quilo que ele queria falar, ele não iria enrolar ninguém, deu para aumentar ele falaria que deu, não deu para aumentar, não deu, ele não queria saber onde estaria indo o dinheiro, se entrou quatrocentos e quarenta, se entrou um milhão, se entrou dois, se entrou oitocentos milhões, eles tinham de ver onde estava o erro, se estivessem com mal gasto, caberia a eles, Vereadores, saber onde estava, ele respeitava a opinião do Fred e o que ele tinha em mãos naquele momento era que não dava, não dava para se fazer, o que ele poderia fazer? Ele não poderia colocar um nariz de palhaço na turma e falar que dava, como o Fred falou, a Presidente do Sindicato estava lá, ela ouviu muito bem o que a Secretária de Finanças falou, porque todos estavam lá, falaram, conversaram, então, ele achava que já era um ganho como o Bozó falou, três e setenta e cinco para quem não iria ter dois, falaram, cogitaram que iriam ter dois, chegaram nos três e setenta e cinco, em uma discussão ampla, nas três reuniões que eles participaram, como o Rodrigo Magrão falou lá, na mesa, com números e ele achava que tinha sido muito bem explanado aquilo, muito bem conversado, onde ele saiu satisfeito, onde o Fúlvio estava lá, já fazia dezessete anos que estavam em uma briga, ele falou que, naquele momento, que começou caminhar as reivindicações dele, estavam com as reuniões marcadas, então, era um avanço, uma conquista, e ele achava que eles estavam no caminho certo; pediu desculpas se ele falou alguma coisa que ele não agradou a turma que queria ouvir outras coisas, mas ele achava que, naquele momento, o que ele tinha acompanhado e vivido era aquilo lá, a realidade deles era de três ponto setenta e cinco, ele esperava que nos próximos anos melhorasse, aumentasse; naquele momento o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte e o senhor Presidente disse que ele não teria mais e ele disse que ele achava que um aparte dele poderia ser, porque seria do tempo dele; o





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Sr. Presidente perguntou se o Vereador José Muniz permitira um aparte ao Sr. Alfredo; aparte permitido, o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que se ele fosse o Prefeito ele daria cinco por cento e não chegaria no vermelho, porque ele estava falando que dava, porque eles deram anteriormente, poderiam ter dado naquele momento e ele só estava falando, dando o exemplo dele; o Sr. José Muniz disse ao senhor Alfredo que eles conversaram lá na quinta feira, na reunião de Comissões lá, e não foi aquilo que ele falou, ele falou que não dava; o Sr. Alfredo disse que ele falou que analisando os números daria para dar mais, não diria cinco, mas daria para dar mais de três e setenta e cinco e ele estava falando para ele que daria e tinham de cortar o mal pela raiz; o Sr. José Muniz disse que concordava com a opinião dele, ele tinha seis mandatos lá; o Sr. Alfredo disse que em dois mil e catorze, dois mil e quinze eles deram, daria para dar em dois mil e dezessete, dois mil e dezoito, dois mil e dezenove, se quisesse um pouquinho a mais daria, daria tanto que deu que pagou até a dívida que estava lá, estava paga também a dívida, não se falava mais de dívida; o Sr. José Muniz disse que, graças a Deus, estavam caminhando, estavam andando, as despesas aumentaram, o Hospital viam que iam pessoas de todo lado passando no Hospital, então, tinham dívidas, a Receita entrava mas saía; o Sr. Alfredo disse que ele concordava, mas a Receita tinha aumentado, nos últimos anos como ele falou, a Receita caía; o Sr. José Muniz disse que concordava plenamente com ele, estavam lá os números que não o deixava mentir; o Sr. Alfredo disse que concordava com ele, mas se ele fosse ele daria; o Sr. José Muniz disse que quem saberia? A seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Luiz Carlos de Campos comentando que era só para reiterar o que ele disse, parabenizar os servidores pela mobilização, foi aquilo que ele disse; se o pessoal tivesse aceitado pacificamente, não tivesse reivindicado, não tivesse feito aquela paralisação, aqueles um e setenta e cinco seria a partir de um de novembro, o trabalho deles, o trabalho dos servidores, do pessoal que se mobilizou, conseguiu antecipar aqueles um e setenta e cinco para primeiro de março, então, teve um ganho e ficou próximo da inflação do período; naquele momento o Sr. Rodrigo da Silva Blanco pediu um aparte que foi concedido, dizendo que ele queria parabenizar os servidores e que teve um ganho porque era dois por cento, um e setenta e cinco era só em novembro e chegou, e se ele não estava enganado iria ser em agosto e setembro, teve um ganho e ele voltava a parabenizar todo mundo, o servidor público, aquela Casa presente que tentou fazer o máximo, tentou ajudar e também agradecer a atenção do Executivo que quisesse ou não, atendeu o Sindicato e ele achava que chegou em um bom senso e que estavam todos preparados para votar; o Sr. Luiz Carlos disse que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ele iria votar favorável, porque se ficasse naquele percentual do jeito que estava o projeto original que acabou sendo retirado, substituído por aquele atual, eles iriam votar contra, mas daquela forma eles entendiam que dava para votar favorável e eles esperavam que melhorasse muita coisa, também, porque no final do ano precisava chegar em azul mesmo, mas, ele achava que não estava no azul, naquele momento, porque não estava dado para comprar nenhum pneu para a máquina que estava faltando, então, alguma coisa precisava ser feito; a seguir, pediu a palavra, mais uma vez, o Sr. David Hilário Neto dizendo que só para concluir que havia sido muito bem colocado pelo Fred, de que dinheiro eles tinham, estava claro aquilo naquela Casa, com todas as reuniões de Orçamento, eles sabiam que dinheiro Jaguariúna tinha sim e tudo era questão de preferência na vida, eles tinham de saber o que iriam dar preferência, se iriam dar preferência ao servidor ou não, e lá que iriam estar as pontuações, e o que estava falando naquele momento era mais aquilo mesmo, a valorização do servidor público, porque eles que faziam a máquina girar e o que estava faltando mesmo era aquela preferência para o servidor porque dinheiro, Jaguariúna, todo mundo sabia que tinha. Em seguida, em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 008/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre majoração do vencimento básico mensal dos servidores públicos municipais e substituiu anexos da Lei Complementar Municipal nº 209/2012 (Regime Jurídico Único Estatutário), foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 033/2019, do Executivo Municipal, que altera a Lei Municipal nº 2.499/2018, que dispõe sobre a instituição dos vales refeição e alimentação aos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, "a" § 1º, do R.I.). O Sr. Presidente designou o Vereador Cristiano José Cecon como Relator Especial para examinar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial designado. Em discussão e votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 033/2019, do Executivo Municipal, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que pediu ao Sr. Presidente se dava só para dizer quanto tinha sido o vale, quanto era e quanto foi, só para deixar claro, e que era o Vale Refeição e o Vale Alimentação; o Sr. Presidente disse que a lei disciplinava os dois, só que o que foi alterado era o Vale Alimentação, e pediu ao Secretário que fizesse a leitura para esclarecer ao Vereador, e o Vereador Alfredo pediu que fosse só a parte dos valores, quanto era e para quanto foi; o Sr. Secretário leu: "No mérito,



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dispõe que ficará majorado o Vale Alimentação dos Servidores Públicos Municipais, passando de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) para R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, a partir de 1º de maio de 2019.” A seguir, em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 033/2019, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, lembrando que, a seguir, teria início a outra Sessão Extraordinária convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo**  
**Presidente**

**Vereadora Cássia Murer Montagner**  
**Vice Presidente**

**Vereador Afonso Lopes da Silva**  
**Primeiro Secretário**

**Vereador Cristiano José Cecon**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

